

Mil e Uma Noites do Sertão: As Políticas Públicas para a Industrialização, a Construção do Patrimônio Agroindustrial e os Desafios das Políticas de Preservação do Patrimônio em São José do Rio Preto – SP

Autor: Fábio Fernandes Villela, doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, professor do departamento de Educação, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP - Campus de São José do Rio Preto – SP – Brasil, e-mail: fvillela@ibilce.unesp.br

Resumo

Este texto tem por objetivo apresentar as relações entre as políticas públicas para a industrialização, a construção do patrimônio agroindustrial e os desafios das políticas de preservação do patrimônio em São José do Rio Preto (SP). Nesse sentido, partimos da problematização histórico-teórico do tema, as políticas públicas para a industrialização no Brasil, e seus desdobramentos, e abordamos a construção do patrimônio agroindustrial em Rio Preto, temática vinculada à preservação do “patrimônio ambiental urbano”, conforme Castriota (2009, p. 87). Problematizamos especificamente as questões relativas aos “intelectuais e a organização da cultura”, especialmente os libaneses em Rio Preto. A questão dos “Intelectuais e a Organização da Cultura”, sob uma perspectiva gramsciana (Gramsci, 2001), foi abordada em diversos trabalhos ao longo de nossa trajetória acadêmica (Villela, 2003; 2005; 2008). No sentido de exemplificar tais questões, escolhemos um “intelectual orgânico” da construção do patrimônio agroindustrial de Rio Preto, Murchid Homsí (1895-1959). Ao analisarmos as práticas destes “intelectuais orgânicos”, emerge a necessidade de políticas de preservação da “Memória do Lugar”, no sentido apresentado por Hayden (1997), especialmente do patrimônio de Rio Preto.

Palavras-Chave: Políticas Públicas para Industrialização; Patrimônio Agroindustrial; Memória do Lugar; Políticas de Preservação do Patrimônio em São José do Rio Preto.

Introdução

“Minha irmã, se não estiveres dormindo, suplico-te, à espera do dia que não tardará em nascer, me contes uma das tuas belas histórias”. (Sherazade, As Mil e uma Noites).

Este texto tem por objetivo apresentar as relações entre as políticas públicas para a industrialização, a construção do patrimônio agroindustrial e os desafios das políticas de preservação do patrimônio em São José do Rio Preto (SP), (doravante, Rio Preto). Nesse sentido, partimos da problematização histórico-teórico do tema, as políticas públicas para a industrialização no Brasil, e seus desdobramentos, e abordamos construção do patrimônio agroindustrial em Rio Preto, temática vinculada à preservação do “patrimônio ambiental urbano”, conforme Castriota (2009, p. 87). Problematizamos especificamente as questões relativas aos “intelectuais e a organização da cultura”, especialmente os libaneses em Rio Preto.

A questão dos “Intelectuais e a Organização da Cultura”, sob uma perspectiva gramsciana (Gramsci, 2001), foi abordada em diversos trabalhos ao longo de nossa trajetória acadêmica (Villela, 2003; 2005; 2008). No sentido de exemplificar tais questões, escolhemos um “intelectual orgânico” da construção do patrimônio agroindustrial de Rio Preto, Murchid Homsí (1895-1959). Ao analisarmos as práticas destes “intelectuais orgânicos”, emerge a necessidade de políticas de preservação da “Memória do Lugar”, no sentido apresentado por Hayden (1997), especialmente do patrimônio de Rio Preto.

O estudo dos intelectuais, tal como formulado por Gramsci (2001), nos permite recolocar importantes questões para a compreensão das relações entre as políticas públicas para a industrialização, a construção do patrimônio agroindustrial e os desafios das políticas de preservação do patrimônio de Rio Preto. Uma parcela desses intelectuais, caracterizados como “intelectuais orgânicos” por Gramsci (2001), tais como Rino Levi e Roberto Simonsen (cf. Villela, 2003 e 2005), reúne capacidades necessárias para serem organizadores da sociedade em geral, de modo a permitir a máxima expansão de sua própria classe, ou seja, tornam-se “organizadores estatais”.

Nossa hipótese é que o libanês Murchid Homsí, radicado em Rio Preto a partir 1910, condense as principais características de “intelectual orgânico” tais como as descritas por Villela (2003 e 2005).

Conforme Gramsci (2001, p. 237) revela, nem todos os empresários, mas pelo menos uma elite deles tem uma capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, pela necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão de sua própria classe. Esses “intelectuais condensados” são organizadores políticos e vanguarda da burguesia nacional, conforme aponta Bianchi (2001).

O tema dos “intelectuais orgânicos”, retomado a partir de Gramsci (2000), deriva diretamente do destaque que tem para este autor a problemática da hegemonia. Conforme nos mostra Gruppi (2000), uma hegemonia se constrói quando tem seus quadros, seus elaboradores, seus intelectuais. Os intelectuais são os quadros da classe econômica e politicamente dominante; são eles que elaboram a ideologia. Os intelectuais são os sujeitos da hegemonia da classe dominante. O estudo desses “intelectuais orgânicos” possibilita a compreensão da constituição da hegemonia burguesa no Brasil (cf. Bianchi 2001; Villela 2003; 2005; 2008).

1. As Políticas Públicas para a Industrialização no Brasil

A principal tese que Ianni (1986, p. 304) defende é que o desenvolvimento econômico, em geral, e a industrialização, em particular, não foram o resultado do jogo espontâneo e automático das forças produtivas no mercado, em combinação com a atividade empresarial. E que essa participação decisiva do poder público na economia brasileira, ao menos em algumas fases do desenvolvimento econômico, resultou de certas condições estruturais. Nossa hipótese é que há um sincronismo entre a história econômica brasileira e a história econômica de Rio Preto que pode ser claramente identificado, desde os primórdios da industrialização até os dias de hoje. Propomos a seguinte evolução sincrônica da história econômica de Rio Preto, a partir da tipologia de Ianni (1986): 1ª) Final do século XIX até Década de 30 – Política Econômica Liberal; 2ª) Décadas de 30 a 50 – Política Econômica Nacionalista; 3ª) Décadas de 60, 70 e 80 - Interdependência e Modernização; e 4ª) A partir da década de 90 – Política Econômica Neoliberal.

Conforme veremos a seguir, as condições estruturais, especialmente em Rio Preto, refletiram a necessidade de criar novas condições institucionais, quanto a disponibilidades de capital, tecnologia e força de trabalho, para que crescesse o volume e a taxa de produção de excedente econômico. A história econômica de Rio Preto revela a intervenção governamental, mais ou menos profunda, conforme o caso, e destinou-se a acelerar o processo de transformação do excedente econômico potencial em excedente econômico efetivo. Em outras palavras, “a ação

estatal” favoreceu a “racionalização” do sistema produtivo, segundo as exigências da reprodução e acumulação estabelecidas pelo setor privado. Certas fases do desenvolvimento econômico dependem de “saltos qualitativos”, isto é, algum “incentivo” no processo econômico.

A história da política econômica governamental brasileira, segundo Ianni (1986, p. 307-313), desde 1930, oscilou entre duas tendências principais: a primeira denominada de “Estratégia de Desenvolvimento Nacionalista” a qual predominou nos anos 1930-45, 1951-54 e 1961-64. Ela continha, como pressuposto implícito, o projeto de um capitalismo nacional, como uma única alternativa para o progresso econômico e social; e a segunda chamada de “Estratégia de Desenvolvimento Associado” que predominou nos anos 1946-50, 1955-60 e desde 1964 em diante. Ela continha, como pressuposto, o projeto de um capitalismo associado como única alternativa para o progresso econômico e social. E esse projeto de capitalismo, para o autor, implicava o reconhecimento das conveniências e exigências da interdependência das nações capitalistas, sob a hegemonia dos Estados Unidos.

A evolução do sistema político-econômico brasileiro, conforme ocorreu desde 1930, revela o desenvolvimento e a convergência de duas tendências importantes para a compreensão do tipo de capitalismo vigente no País. Segundo Ianni (1986, p. 301), essas tendências são: 1ª) o Estado foi levado a desempenhar funções cada vez mais complexas no conjunto da Economia. Essa participação crescente teve caráter direto e indireto, desde a freqüente formulação e reformulação das “regras do jogo” das forças produtivas no mercado até a criação de empresas estatais; 2ª) a política econômica governamental tornou-se cada vez mais complexa e ambiciosa, chegando a configurar-se como “política econômica planificada”.

A política econômica governamental brasileira nem sempre foi uma política deliberada de desenvolvimento, conforme revela Ianni (1986, p. 301). Às vezes ela foi apenas, ou principalmente, “política de estabilização”. Outras vezes, orientou-se no sentido da “harmonização ou integração de setores produtivos e subsistemas regionais do País”. Portanto, nem sempre o crescimento da renda nacional foi resultado da “política econômica governamental”, planificada ou não. Ao contrário, em diversas ocasiões o crescimento da Economia não foi senão o resultado de decisões, investimentos e condições de mercado funcionando “sem qualquer direção governamental”.

Enfim, a implantação da principal política pública para o território nacional, isto é, a industrialização, conforme Ianni (1986, p. 305), “não foi o resultado de mudanças quantitativas de

pequeno vulto, embora essas mudanças tenham ocorrido e tenham sido importantes”. Segundo o autor, a transição para a fase de produção de bens de produção esteve associada a transformações “qualitativas”, isto é, estruturais. As transformações de tipo “qualitativo”, conforme ocorreram na economia brasileira, estiveram ligadas à participação crescente do poder público nas decisões, estímulos e investimentos relacionados com o conjunto do sistema econômico do País. A essência do “salto qualitativo” é a acentuação do elemento político, inerente às políticas econômicas governamentais. Essas evoluções e transformações da principal política pública para o território nacional, isto é, a industrialização, pode ser observada em Villela (2003; 2005 e 2008).

2. A Construção do Patrimônio Agroindustrial de Rio Preto

Passamos a considerar os aspectos relativos à industrialização de Rio Preto e à construção de seu patrimônio agroindustrial. Esse esforço, como já adiantamos, visa ressaltar o sincronismo da história econômica de Rio Preto com a história econômica brasileira, e que, segundo nossa hipótese, pode ser claramente identificada desde os primórdios da industrialização até os dias de hoje. Retomando a história econômica de Rio Preto veremos que as “políticas econômicas governamentais” estiveram sempre presentes nas fases do desenvolvimento econômico da região. A seguir, abordaremos o final do século XIX até década de 30 (Política Econômica Liberal) e as décadas de 30 a 50 (Política Econômica Nacionalista).

2.1. Final do século XIX e início do século XX – Política Econômica Liberal

A primeira etapa das políticas públicas do Estado para a industrialização, que vai do final do século XIX até o início do século XX, em Rio Preto, pode ser averiguada desde as primeiras reuniões dos vereadores, no final de 1894, conforme mostra Arantes (2001, p. 148-150). O pesquisador revela que o primeiro documento contundente abordando este tema é datado de 01/06/1896, quando a Câmara Municipal enviou extenso memorial ao governo estadual, assinado pelo presidente Pedro Amaral, solicitando urgentes melhorias para o município, tais como a criação da Comarca e a abertura da estrada de rodagem para o Porto Taboado. Os vereadores argumentavam, na tentativa de sensibilizar as autoridades estaduais, que o município tinha “mais de duas mil almas”, e que a implementação dessas melhorias deveria atrair investimentos para a cidade, incentivando a vinda de pessoas com recursos para impulsionar e desenvolver a lavoura.

Ainda segundo Arantes (2001), a luta pela construção da estrada do Taboado atesta o esforço dos governantes daquela época, que viam na estrada o início do “desenvolvimento econômico”, porque permitiria o escoamento da produção tanto em direção a Jaboticabal e Araraquara e, daí, para São Paulo, como para os lados do Mato Grosso, onde existiam grandes fazendas produtoras de gado. Com a abertura da estrada, o gado mato-grossense passaria por Rio Preto rumo a Barretos. Para Arantes (2001, p. 149), o grande marco do início do desenvolvimento econômico de Rio Preto é o segundo semestre de 1912, com a chegada da Estrada de Ferro Araraquarense (E. F. A.). O autor afirma que,

São José do Rio Preto torna-se até 1933, isto é, por mais de 20 anos, ponta de trilhos, isto é, “fim de linha”. A cidade torna-se pólo de convergência de passageiros e de toda a produção da região. Durante duas décadas e a partir desse momento, a cidade torna-se um “pólo de crescimento” capaz de exercer efeitos de atração ou de dominação sobre os demais municípios a ele relacionados. Torna-se uma “força motriz” no sentido de que proporciona e conduz mudanças na estrutura espacial e na sua área de influência, o que faz com que obtenha expressivas taxas de crescimento. (ARANTES, 2001: 149).

Como destacamos de início, a história econômica de Rio Preto mostra que o desenvolvimento econômico, em geral, e a industrialização, em particular, não é resultado do jogo espontâneo e automático das forças produtivas no mercado, combinado com a atividade empresarial. A participação decisiva do poder público na economia é o resultado de certas condições estruturais. Conforme relata Arantes (2001, p. 149), a primeira tentativa de industrialização de Rio Preto é de 1926, quando a Câmara Municipal decidiu autorizar o prefeito Alceu de Assis a conceder isenção de impostos por 10 anos para a instalação de uma fábrica de tecidos. Segundo o pesquisador, “não há informações sobre a existência de um possível interessado, oficialmente não houve registro de interesse”. A história econômica de Rio Preto comprova a tese de Ianni (1986) das intervenções das “ações do estado” no processo de industrialização de Rio Preto.

Seguindo as considerações feitas pelo pesquisador, a industrialização ficou esquecida por mais de uma década até que, em 15/02/1937, o vereador João Baptista França propôs doação de terreno e isenção de imposto para quem montasse uma fábrica na cidade. Em junho de 1937, quatro meses depois, o vereador Feliciano Salles Cunha apresentou um projeto de lei que além de doação oferecia subsídio em dinheiro para incentivar a vinda de indústrias (20 contos para fábrica de óleo e tecelagem, e 30 contos para charqueadeira). O projeto foi rejeitado dois meses depois, no dia 02/08 do mesmo ano. O marco do início da industrialização de Rio Preto foi a instalação da “Swift do Brasil” em 1944 (doravante Swift), que durante todo o seu tempo de

funcionamento foi a maior empresa empregadora da cidade. Segundo informações do pesquisador, no período da moagem do caroço de algodão, ela empregava cerca de 230 funcionários, número que baixava para 170 na época de moagem do amendoim. Arantes (2001. p. 149) afirma que,

A industrialização só teve início quando a Swift do Brasil escolheu Rio Preto para implantar sua fábrica de óleo de caroço de algodão. Naquela época, a cidade ocupava lugar de destaque como sede de uma região riquíssima na produção de algodão. A Swift inaugurou seus prédios, numa área de 40.000m², às margens dos trilhos da Estrada de Ferro Araraquarense (E. F. A.) em 14/04/1944, sob a gerência de Douglas Emery e W. J. Montgomery. O complexo de edifícios da Swift tinha três grandes construções da arquitetura industrial inglesa, típica de região fabril de Manchester: o graneleiro com 3.000m², o prédio das máquinas com 2.500m² e o da caldeira e gerador com 1.500m². A construção esteve sob responsabilidade da empresa paulistana J. P. Urner. A Swift produzia óleo de caroço de algodão e de amendoim. O óleo era transportado em vagão-tanque para Campinas, onde era refinado e enlatado. O óleo de caroço de algodão era enlatado com a marca “A Patroa” e o de amendoim, “A Dona”. (ARANTES, 2001: 149).



Figura. 2.1. Swift em Rio Preto (1944)
Fonte: Villela (2010)

2.2. Décadas de 30 a 50 – Política Econômica Nacionalista: As Mil e uma Noites do Sertão

Neste subitem, procuramos focalizar as décadas de 30 a 50, denominada metaforicamente de “As Mil e uma Noites do Sertão”, devido à grande presença de imigrantes sírios e libaneses¹ em Rio

¹ A imigração dos sírios e libaneses em Rio Preto começou, segundo Fernandjes (2008), no final do século XIX e se intensificou no início do século 20. Ao entrevistar o sírio radicado em Rio Preto, Hayssam Mohamad Akad, a autora revela que a Síria e o Líbano, integravam a Liga Árabe, aprendiam a cultura, eram chamados de “árabes” e foram dominados pelo regime turco. Para deixar a terra natal, as pessoas precisavam obter um passaporte “turco”. O entrevistado afirma que: “o povo estava justamente fugindo dos turcos e quando chegava no Brasil, devido ao passaporte, era chamado de “turco”. Ainda segundo Fernandjes (2008), as pessoas vendiam todos os bens que possuíam para zarpar em navios cargueiros, em busca de liberdade, paz e fortuna. Os imigrantes que chegaram no Brasil começaram a mascatear, no interior do Estado, para negociar em fazendas, sítios e colônia. Fernandjes (2008) relata que foi

Preto. Neste período, emerge a personalidade de Murchid Homsí (1895-1959). Nascido em Hasbaya - Líbano, veio para o Brasil em 1910, estabelecendo-se inicialmente em José Bonifácio - SP². Nesta mesma época, segundo Arantes (2001, p. 149), além da Swift, instalaram-se na cidade a Sociedade Algodoeira Nordeste do Brasil (Sanbra) e as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo. Arantes (2001, p. 149) registra que em 1948, Murchid Homsí inaugurava o Cotonifício Rio Preto, “uma grande fábrica para produzir e exportar plumas em fio de algodão para a Argentina”. A inauguração foi no dia 17/01/1948, e contou com a presença de vereadores e do prefeito Cenobelino de Barros Serra. Murchid Homsí administrava, no início dos anos 50, um conglomerado de 10 empresas.



Figura. 2.2. Rio Preto (Década de 40)
Fonte: Lodi (2009)

Uma bela descrição deste “intelectual orgânico” foi feita por Gomes (1975, p. 400-401). Como havíamos afirmado, este empresário nos permite problematizar as questões relativas aos “intelectuais e a organização da cultura”, especialmente dos libaneses em Rio Preto. Neste sentido, o “intelectual orgânico” da construção do patrimônio agroindustrial de Rio Preto é Murchid Homsí (1895-1959). Conforme relata Gomes (1975, p. 400-401), Murchid Homsí nasceu em 25 de outubro de 1895, em Hasbaya, no Líbano³, filho de Ibrahim Homsí e Maria Bauab Homsí. Veio

assim que os primeiros “árabes” (sic) chegaram em Rio Preto em 1890, quatro anos antes da criação do município. Segundo a autora, “após juntar um pouco de capital, os ‘árabes’ (sic) abriam uma loja e recebiam seus patrícios, que seguiam os mesmos passos no comércio até conseguir fortuna, mascatear era tão rentável a este povo que uma das primeiras ações da Câmara Municipal de Rio Preto foi aumentar as taxas para inibir o comércio ambulante. Em abril de 1896, o Legislativo determinou a cobrança de imposto no valor de um conto de réis por caixa. A taxa era exorbitante, já que o salário do prefeito era de um conto e duzentos mil réis”.

² Fernandjes (2008) afirma que os “árabes” (sic) derrubaram a concorrência dos mascates portugueses e italianos com vendas a prazo e respeito à palavra do consumidor (que se comprometia a pagar sem a necessidade de notas promissórias). Para a autora, “a confiança depositada nos ‘fregueses’ e a visão futurista para o comércio fizeram o sucesso deste povo, que marcou história na cidade”. Segundo dados de Fernandjes (2008), a partir de 1913 começou a imigração em massa e, neste ano, foram registradas 11.101 entradas no Brasil. Em 1920, a população “árabe” (sic) era de 50.337, sendo 19.285 no Estado de São Paulo. A autora mostra dados do Censo de 1920 onde existiam 730 árabes em Rio Preto. Ao entrevistar Tarek Sarout, informa que a região noroeste recebeu o segundo maior número de imigrantes sírios e libaneses, perdendo apenas para a capital e que em 100 anos, Rio Preto, Onda Verde, Nova Granada, Palestina e o Triângulo Mineiro, praticamente foram habitadas por uma região só do Líbano – o Vale do Bekaa. Por fim, Fernandjes (2008) informa que as primeiras famílias que chegaram no município foram Ajdar, Arif, Azem, Barcha, Bassitt, Buchala, Buzaidi, Calil, Chalela, Cury, Daud, Fahad, Fauaz, Gorayeb, Haddad, Hawilla, Homsí, Jamal, Kfoury, Madi, Mahfouz, Mitaini, Mussi, Muanis, Naffah, Rahad, Raduan, Scaff, Suriani, Tarraf, Taufic e Younes e que, atualmente, mais de 20% da população de Rio Preto é formada por descendentes de sírios e libaneses.

³ Para uma visão libanesa de “quem é árabe” entrevistamos o descendente de libaneses, Jorge José Bitar, o qual diferencia, da seguinte maneira, “árabes”, “sírios” e “libaneses”: os árabes se constituem por 22 países independentes do Oriente Médio e África. Segundo a tradição bíblica, os árabes descendem de Ismael, filho do Patriarca Abraão com Agar. Abraão também gerou Isaac, com a

para o Brasil em 1910, estabelecendo-se em José Bonifácio (SP), como comerciante, onde foi o maior fornecedor dos lavradores da região. Nessa cidade, deixou marcada a sua passagem através de uma obra de grande significação econômica, qual seja, a abertura de uma estrada carroçável de 20 kms ligando José Bonifácio a Rio Preto.

Ainda segundo Gomes (1975, p. 400), em 1923, transferindo-se para Rio Preto, dedicou-se ao comércio e à agricultura e, posteriormente, ao ramo industrial. No comércio e na agricultura, dominou os ramos do café, algodão, cereais, os quais produzia, beneficiava, comprava, vendia e exportava. Para fins agroindustriais, fundou as seguintes empresas: com seus irmãos, Homsí Irmãos - Indústria e Comércio Agrícola S/A, e com outros: Homsí, Reverendo Vidal S/A, Cia. Rio Preto de Armazéns Gerais, Sociedade Algodoeira Rio Preto Ltda, Beneficiadora Paraná Ltda., Sociedade Rio Preto de Café Ltda, e Cia. de Melhoramentos do Muquillão. O autor Gomes considera Murchid Homsí o pioneiro da industrialização de Rio Preto: “foi ainda o pioneiro da industrialização de Rio Preto, onde fundou com outros companheiros: Cotonifício Rio Preto S/A, Curtume Rio Preto Ltda., Lacticínios Rio Preto Ltda., Pastifício Rio Preto S/A e Sociedade Têxtil Rio Preto S/A” (Gomes, 1975, p. 401).



Figura. 2.3. Indústria de Fiação de Seda de Medlij & Homsí em Rio Preto (Década de 40)
Fonte: Lodi (2009)

A questão da “organização da cultura”, sob uma perspectiva gramsciana (Gramsci, 2001), pode ser observada na impressionante trajetória deste empresário. Segundo Gomes (1975, p. 401), Murchid Homsí no “setor social” (sic) ligou-se a todas as instituições existentes em Rio Preto, tendo sido fundador de muitas delas entre as quais a Associação Comercial, Industrial e Agrícola,

esposa Sara, de quem descendem os hebreus, povo do qual nasceu o Messias Jesus Cristo. Ambos os povos, árabes e hebreus, são de origem semítica, ou seja, filhos de Sem, o filho de Noé. O entrevistado afirma que é interessante destacar que através de exame de DNA comprovou-se cientificamente, que antigos árabes e hebreus de Jerusalém descendem do mesmo pai com duas mães. Para esta região imigraram os árabes da Síria, os sírios, país que já concedeu 4 Papas para o Trono de São Pedro e que tem a capital mais antiga do mundo, Damasco, com mais de 10 mil anos. Aqui fincaram suas raízes também, os árabes do Líbano, os libaneses, país do Cedro Sagrado, 72 vezes citado na Bíblia. Os libaneses se orgulham por descender dos fenícios, os grandes navegadores da Antiguidade e precursores do alfabeto fonético, que conforme alguns historiadores aportaram o Brasil, há mais 2.000 anos antes de Cabral chegar com suas caravelas (BITAR, 2010). Para uma visão complementar de “quem é árabe”, sugerimos o texto de Challita (2010).

(da qual foi seu tesoureiro por muitos anos); o Clube Monte Líbano (seu presidente honorário e o principal artífice da construção da atual sede); o Rotary Clube (tesoureiro em diversas gestões) e sócio-fundador do Jockey Clube. Ainda conforme relata Gomes (1975, p. 401), no “campo assistencial” (sic), foi tesoureiro e Provedor da Santa Casa de Misericórdia por mais de 10 anos, “tendo solucionado o problema de abastecimento de água dessa instituição”. A Legião Brasileira de Assistência foi presidida por sua esposa Geny Guraib Homsí durante muitos anos, a qual ampliou a ação assistencial dessa instituição. Enfim, Gomes (1975, p. 401) revela o intelectual organizador da cultura da seguinte forma:

Ligou-se e deu seu apoio também a todas as instituições assistenciais da cidade. Em janeiro de 1958, por decreto do Presidente do Líbano, Camille Chamoun, recebeu na Chancelaria da Embaixada do seu país, no Rio de Janeiro, o título de Cônsul Honorário do Líbano. Antes mesmo de haver sido nomeado Cônsul Honorário era tido no mais alto conceito e consideração no seio da comunidade libanesa. Todos o consideravam um símbolo venerável da Pátria, amigo, generoso e desprendido, verdadeiro esteio da antiga Coligação Libanesa, hoje transformada no Clube Monte Líbano. Murchid Homsí era brasileiro naturalizado. Por seu intermédio e sua alta consideração, grandes homens de empresa se ligaram a Rio Preto, como Adib Chamas, Nassib Mattar, Carlos Jafet e Elias Saad, tanto no setor econômico como participando em obras assistenciais da cidade. (GOMES, 1975: 401).



Figura. 2.4. Clube Monte Líbano em Rio Preto (Década de 70)
Fonte: Demian (2009)

Retomando as questões das políticas públicas para a industrialização no sentido de corroborar o sincronismo da história econômica brasileira com a história econômica de Rio Preto apontado anteriormente, Lodi (2009) afirma que a partir de 1945, o movimento político-militar de 1930 em oposição às velhas oligarquias regionais, “finalmente chega a Rio Preto”. A autora relata que depois de 1945, sob o impacto causado pela Segunda Guerra Mundial, as atividades da cafeicultura e da pecuária começam a perder terreno para a indústria. Devido à ausência do produto no mercado interno, provocada pelo conflito internacional, as pequenas oficinas existentes na cidade, durante a guerra, esforçaram-se em oferecer melhor qualidade em seus produtos. Ao setor industrial se direcionaram os capitais locais, contribuindo para o desenvolvimento de

diversos ramos do “Parque Industrial” em formação. A autora mostra que ao poder público coube incentivar as empresas privadas a implementar as indústrias de base através da doação de terrenos, isenção de impostos e subsídios. Em síntese, Lodi (2009, p. 8) afirma que,

O desenvolvimento industrial se inicia efetivamente nos anos 40 com a instalação da Swift, da Sanbra, da Matarazzo e do Cotonifício Rio Preto. A partir de então, a cidade assiste à expansão industrial responsável por alterações de forma significativa de seu perfil e as transformações da economia provocaram mudanças significativas nas funções estabelecidas para o urbano. Conseqüentemente, ocorreu o incremento da urbanização e a formação de um contingente urbano, ansioso por empregar sua força de trabalho em novas atividades econômicas, não só na indústria como também no setor de serviços. Existiam no município 240 indústrias leves que empregavam o capital de Cr\$ 20.354.400,00, com 1.183 operários e consumia 704.206 kwa de força motriz. (LODI, 2009: 8).



Figura. 2.5. Edifícios Abandonados de um Complexo de Laticínios em Rio Preto (Década de 50)
Fonte: Villela (2010)

3. Desafios das Políticas de Preservação do Patrimônio de Rio Preto: A Memória do Lugar

Como considerações finais, apresentamos os desafios das políticas de preservação do patrimônio agroindustrial de Rio Preto. Hoje a principal política de preservação do patrimônio de Rio Preto está focada na revitalização do complexo da Swift (cf. Guareschi; Villela, 2010). O projeto de restauro, com diversos profissionais envolvidos, faz parte das diretrizes do Plano Diretor para desenvolvimento de Rio Preto. Esta diretriz prevê a transformação do conjunto arquitetônico da Swift em um Centro Cultural, compatibilizando o projeto arquitetônico desenvolvido pela Secretaria da Cultura do Estado com o projeto urbanístico do “Parque da Represa”, dotando a cidade de uma grande área com equipamentos ao lazer, cultura e recreação da população. Esta diretriz segue o princípio de preservação do “patrimônio ambiental urbano”, conforme as considerações de Castriota (2009, p. 89) e prevê a satisfação das necessidades das crianças, dos jovens e dos adultos, no âmbito das competências do município.

O espaço da Swift constitui-se como uma proposta intersetorial, somando a atuação de diversas áreas, tais como, meio ambiente, educação, emprego e renda, participação popular, desenvolvimento local, saúde, cultura, esporte e lazer, inspirados na concepção de “equipamento urbano agregador da comunidade”. A proposta de revitalização possui uma visão educadora que pode se estender por toda a cidade. A Swift pode se tornar um espaço de organização e de apoio dos sujeitos sociais na afirmação de direitos e de promoção da cidadania. Entretanto, a cidade dispõe de inúmeras possibilidades educadoras. Os diversos edifícios do patrimônio agroindustrial de Rio Preto poderiam constituir-se em espaços culturais de aprendizagem permanente. Trata-se da idéia da cidade como espaço de cultura educando, promovendo e desenvolvendo o protagonismo de todos: crianças, jovens, adultos, idosos (cf. Gadotti; Padilha; Cabezudo, 2004). Nesse sentido, o patrimônio agroindustrial de Rio Preto poderia constituir-se em espaços “intencionalmente” educadores.

Por fim, um conceito fundamental que poderia funcionar como uma espécie de “condensador” das diversas perspectivas de preservação do patrimônio agroindustrial é o conceito de “Memória do Lugar” desenvolvido por Hayden (1997). A autora mostra que se a memória social depende da narração para sua continuidade, a paisagem urbana também poderia contribuir através da “memória do lugar” que seria uma persistência estabilizadora do lugar como um contenedor de experiências que contribui tão poderosamente para a sua memorabilidade intrínseca. A autora defende que uma memória alerta e viva se conectaria com o lugar, encontrando nele traços que favorecem e se desenvolvem paralelamente às suas próprias atividades. Tal fato leva a autora a afirmar que a memória seria “naturalmente orientada em relação a lugares ou, pelo menos, suportada por lugares”.

Segundo nosso ponto de vista, pesquisadores como Gomes (1975), Arantes (2001), Brandi (2002), Fernandjes (2008), Lodi (2009), Demian (2009), Bitar (2010), Challita (2010), entre outros, nos ajudam a recuperar a “Memória do Lugar”. A “Memória do Lugar” é a capacidade humana de se conectar tanto com o ambiente natural quanto com o construído, que estão ligados em idéias como as de “paisagem cultural” e de “patrimônio ambiental urbano”. Esse conceito poderia “condensar” as políticas de preservação do patrimônio de Rio Preto. Segundo Hayden (1997), a “Memória do Lugar” poderia ser a chave para o poder dos lugares históricos em ajudar os cidadãos a definir o seu passado comum. Os lugares podem despertar memórias naqueles que compartilham um passado comum, enquanto, ao mesmo tempo, podem representar passados também para “estrangeiros” que estejam interessados em conhecer com eles o presente. A idéia de “Memória do Lugar” aparece como uma idéia poderosa para se ligar os diversos campos da

preservação do patrimônio agroindustrial de Rio Preto, possibilitando, ainda, a preservação da memória da imigração de sírios e libaneses para o Brasil e a atuação de intelectuais orgânicos, como o libanês Murchid Homsí. Enfim, preservar a memória do lugar, contando as muitas histórias do sertão paulista.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Lelé. **Dicionário rio-pretense, a história de São José do Rio Preto de A a Z**. 2. ed. ampl. e atual. São José do Rio Preto: Casa do Livro, 2001.

AS MIL e uma noites. Versão de Antoine Galland de **As mil e uma noites**; tradução Alberto Diniz; apresentação Malba Tahan. 11. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

BIANCHI, Álvaro. **Hegemonia em construção**. São Paulo: Xamã, 2001.

BITAR, Jorge José. **Libaneses em São José do Rio Preto-SP**. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <fabio@fabiofernandesvillela.pro.br> em 10 jun. 2010.

BRANDI, Agostinho. **São José do Rio Preto**: roteiro histórico do distrito: contribuição para o conhecimento de suas raízes. São José do Rio Preto: Casa do Livro, 2002.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio cultural**: conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte; IEDS, 2009.

CHALLITA, Mansour. Quem é árabe? **Carta do Líbano**, Revista de Intercâmbio Cultural Líbano-Brasileira, Ano XIV, Número 117, 2010, p. 36-38.

DEMIAN, Cecília. Rio Preto vista do céu. **Diário da Região**, São José do Rio Preto – SP, 22 mar. 2009. Caderno Especial Aniversário Rio Preto, p. 4-5.

FERNANDJES, Rita. A habilidade árabe no comércio. **Diário da Região**, São José do Rio Preto – SP, 19 mar. 2008. Caderno Especial Imigrantes em Rio Preto, p. 8.

GADOTTI, M.; PADILHA, P. R.; CABEZUDO, A. **Cidade educadora**: princípios e experiências. São Paulo: Cortez, 2004.

GOMES, Leonardo. **Gente que ajudou a fazer uma grande cidade – Rio Preto**. São José do Rio Preto: Editora Gráfica São José, 1975.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: _____. **Cadernos do cárcere**. v. 2. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 13-53.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

GUARESCHI, Ingrid; VILLELA, Fábio Fernandes. Swift: patrimônio histórico e cartão postal de Rio Preto. **Revista Domínios**. v. 143, p. 10-12, 2010. Texto disponível para download em: <<http://www.fabiofernandesvillela.pro.br/paginas/entrevistas>>.

HAYDEN, Dolores. **The power of place**. Urban landscapes as public history. Cambridge: The MIT Press, 1997.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

LODI, Nilce. Rio Preto dos anos 1940 - Indústrias e urbanização. **Diário da Região**, São José do Rio Preto – SP, 24 mai. 2009. Caderno Especial, p. 8.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Indústria da construção civil e reestruturação produtiva**: as novas tecnologias e seus modos de socialização construindo as cidades contemporâneas. São Paulo : Giz Editorial, 2008. 445 p.

_____. Arquitetura e Estado no Brasil: Rino Levi - Hespéria nos trópicos. In: **Anais do III Seminário DOCOMOMO São Paulo - Permanência e Transitoriedade do Movimento Moderno Paulista**, 2005, São Paulo. São Paulo : Mackenzie, 2005. v. I. p. 1-27.

_____. **Rino Levi**: hespéria nos trópicos. A racionalização dos processos de trabalho em escritórios de arquitetura e a interação entre intelectuais, estado desenvolvimentista e a industrialização em São Paulo. 2003. 324p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.